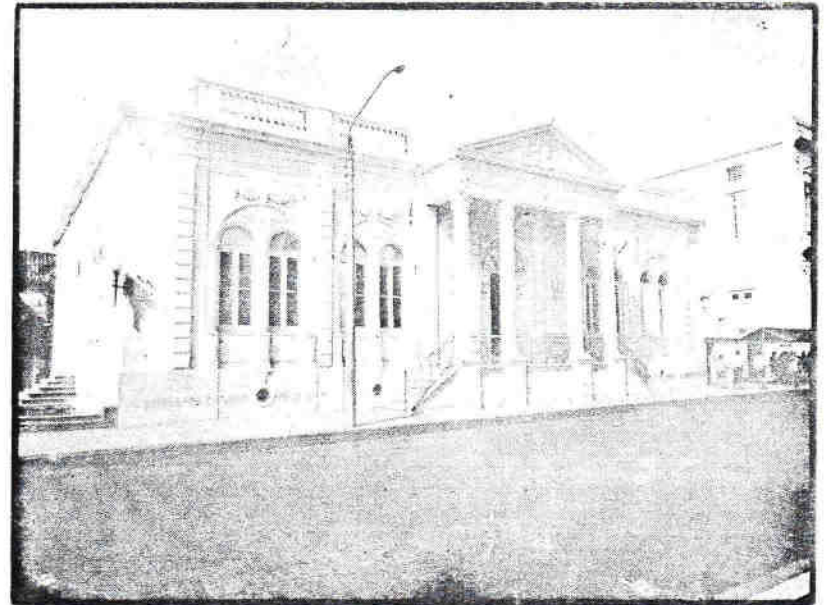


HISTÓRIA EM REVISTA



PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO
DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel

volume 3 - novembro de 1997

HISTÓRIA EM REVISTA

VOLUME 3

NOVEMBRO DE 1997

Ass.: *Revista*
Registro: *706 / [redacted]*
Data: *novembro / 1997*
Instituição: *N. D. H. / UFPel*



Editora e Gráfica Universitária - UFPel

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA



HISTÓRIA EM REVISTA

VOLUME 3

NOVEMBRO DE 1997

Pelotas
Editora da UFPEL

ANUAL

História em Revista	Pelotas	v. 3	p. 1-152	novembro/1997
---------------------	---------	------	----------	---------------

EDITORIAL

No terceiro número da *História em Revista*, publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, buscamos fortalecê-la. Mantendo-a como um espaço que facilita a veiculação da pesquisa histórica produzida na Universidade Federal de Pelotas, procuramos também afirmá-la como um periódico na área de História em âmbito nacional, contando, assim, com a contribuição de destacados pesquisadores, como a historiadora Helga I. L. Piccolo, que gentilmente ofereceu seu artigo sobre a escravidão em Pelotas, desejando fosse publicado em uma revista científica pelotense.

A *História em Revista* se consolida ao buscar constituir um valioso instrumento de pesquisa e informação. A partir desse volume, publicamos dossiês sobre temas específicos. Por esse meio, criamos um importante instrumento para pesquisa, estudo e ensino de História, por ensejar a leitura de variegadas abordagens sobre uma mesma problemática. No presente número, temos um dossiê sobre a escravidão na zona sul do Rio Grande do Sul; para tanto, privilegiamos a publicação de artigos de autores da própria região, a fim de divulgar a pesquisa aqui realizada sobre o assunto. A temática é tratada sob diferentes enfoques: assuntos variados; metodologias e técnicas distintas; fontes históricas diversas.

Ademais, damos continuidade ao objetivo, estabelecido na elaboração do segundo número, de publicar documentação histórica de valor, inédita ou veiculada em obras antigas, raras e esgotadas, ou mesmo na imprensa de épocas muito recuadas. Assim, se no número anterior publicamos a entrevista com o ex-dirigente comunista Otávio Brandão, nesse trazemos uma tabela sobre a escravidão em Pelotas no século XIX, publicada no *Correio Mercantil* de 23.08.1884, bem como um conto do escritor pelotense Alberto Coelho da Cunha, que foi publicado em 1872, no *Partenon Literário*, quando tinha ainda seus 17 anos de idade. Nesse conto, o adolescente descreve, com as tintas da literatura, o cotidiano do escravo da charqueada, que conhecera por meio de sua vivência familiar.

Com uma visão ampla da interação da História com as demais Ciências Humanas, trazemos um artigo de Antropologia, que trata, com originalidade, de um tema de absoluta relevância para os dias de hoje, qual seja, a violência.

Enfim, procurando incentivar os futuros professores e historiadores que formamos em nosso Curso de História, insistimos em manter uma seção dedicada à publicação de trabalhos de conclusão de curso que se destaquem por seus méritos científicos e intelectuais, aqui representados pelo artigo sobre a gripe espanhola.

Fábio Vergara Cerqueira
Editor

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas

Reitora:

Prof. Inguelore Scheunemann de Souza

Vice-Reitor:

Prof. José Carlos da Silveira Osório

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Nel Fernandes Lopes

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. João Neuci Brandalise

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Francisco Elifalete Xavier

Pró-Reitor Administrativo:

Prof. Paulo Roberto Soares de Pinho

Pró-Reitor de Planejamento e

Desenvolvimento:

Prof. Paulo Silveira Júnior

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Mario Osorio Magalhães

Vice-Diretor: Prof. Althen Teixeira Filho

Chefe Depto. História e Antropologia:

Profª Cláudia Mauch

Editora e Gráfica Universitária

Diretor: Jorn. Fernando de Oliveira Vieira

História em Revista

Publicação do Núcleo de Documentação
Histórica da Universidade Federal de Pelotas
Depto. de História e Antropologia

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo

Prof. Dr. René Gertz

Prof. Me. Mario Osorio Magalhães

Editor: Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Ficha Catalográfica

História em Revista/ Universidade Federal de Pelotas;
Departamento de História e Antropologia; Núcleo de Documentação Histórica.
v. 3, novembro 1997. - Pelotas: Ed.UFPEL, 1997.

Anual

1. História - Periódico I. Universidade Federal de Pelotas II. Departamento de
História e Antropologia

CDD 900.05

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPEL (NDH/UFPEL)

Coordenadora:

Profª Me. Beatriz Ana Loner

Membros do NDH/UFPEL:

Profª Me. Cláudia Mauch

Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Profª Me. Flávia Maria Silva Rieth

Profª Lorena Almeida Gill

Profª Me. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

Técnicos Administrativos:

Alvim da Silva Jorge

Rogério Sacramento Burkert

Capa: Nara Rejane da Silva

Impressão Digital Lazer:

Luiz Gonzaga de Souza Cruz

Rodrigo Marten Prestes

Acabamento:

Oscar Luis Bohms (Chefe da Seção Gráfica),
Alexandre Farias Brião, Carlos G. Costa da
Silva, Cláudio L. M. dos Santos, João
Henrique Bordin, João José P. Meireles,
Marciano Serrat Ibeiro.

Digitação, Composição, Diagramação e

Revisão de Tabelas:

Rogério Sacramento Burkert e Mara Lúcia
Vasconcelos da Costa

PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE

NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Coronel Alberto Rosa, 154

Pelotas - RS - Brasil - CEP: 96.010-770

Fone/Fax: (0532) 22-8941 - 25-0998

E-mail: loner@ufpel.tche

SUMÁRIO

EDITORIAL5

DOSSIÊ: Escravidão no Extremo Sul do Brasil

1. O sistema escravista no Rio Grande do Sul:
os inventários como fonte para a pesquisa histórica 7
Helga Iracema Landgraf Piccolo
2. 1887: A revolta que oficialmente não houve
ou de como abolicionistas se tornaram zeladores
da ordem escravocrata. 29
Beatriz Ana Loner
3. Negros, brancos e "pardos" na construção
do Novo Mundo, Pelotas 1848-1888 53
Ester J.B. Gutierrez
4. *Pai Felipe: Um episódio de charqueada e/ou*
aspectos temáticos da obra de Alberto Coelho da Cunha.... 85
Eduardo Arriada
5. O escravismo na região meridional do Rio Grande do Sul:
elementos contextuais e características99
Agostinho Mario Dalla Vecchia

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

1. Núcleo de Documentação Histórica: Novos Rumos 123
Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill

ARTIGOS

1. O fantasma da violência. Reflexões sobre
"forças centrífugas" e um objeto em revolução..... 127
Theophilos Rifiotis
2. A Gripe Espanhola em Pelotas 137
Renata Brauner Ferreira

A GRIPE ESPANHOLA EM PELOTAS

Renata Brauner Ferreira

RESUMO: Este artigo trata de como a sociedade pelotense reagiu à gripe espanhola, analisando-o sob diferentes enfoques: o tratamento diferenciado conferido pelos dois principais jornais, por um apoiar o governo e outro opor-se a ele; a mobilização da população para enfrentar o mal e como o Estado (a municipalidade) chamou para si essa responsabilidade; o debate entre diferentes discursos médicos; a relação entre a medicina científica e a popular.

PALAVRAS-CHAVE: Epidemiologia, medicina, imprensa, borgismo.

O ano de 1918 foi o último ano da Grande Guerra e também o ano da devastadora aparição da gripe espanhola, também chamada *influenza*, epidemia que se deu em nível mundial, fazendo mais vítimas que a própria guerra. Foi considerada a mais catastrófica pandemia da história, deixando em seu rastro não menos do que 20 milhões de mortos.

O objetivo deste artigo é contribuir para a reconstrução histórica do fenômeno da *influenza hespanhola* quando da sua passagem na cidade de Pelotas, apontando as mudanças no comportamento, nos hábitos e nas práticas da população provocadas pela presença dessa epidemia na cidade.

A maior parte das fontes primárias, que deram origem a esse trabalho, são periódicos da imprensa pelotense. Essa fonte foi privilegiada, devido à escassez de estudos relativos ao tema, e pelas infinitas possibilidades oferecidas por esse tipo de documentação.

Neste sentido, procurar-se-á, numa primeira parte, desenvolver uma abordagem mais narrativa, privilegiando os aspectos humanos, buscando, apesar da limitação das fontes, verificar o possível impacto dessa epidemia na cidade.

Num segundo momento, buscar-se-á evidenciar, por ocasião da epidemia, uma disputa no campo médico e a aproximação deste com o poder político, destacando a importância do discurso de higienização

* Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

para o processo de controle, regulamentação e normatização do "viver a cidade".

"Reconstituir a história de um fenómeno epidêmico também é analisar a maneira como a organização e as normas culturais de uma sociedade puderam digerir as injunções do meio natural e enfrentá-las; é ressaltar a problemática social e as formas de relação com o corpo que cada época expressa através de seus comportamentos biológicos." (BURGUIÈRE, 1990)

O "mal": incredulidade e temor

Em fins de setembro começam a circular as notícias na imprensa pelotense. O mal espalha-se na Europa assustadoramente. Madri está paralisada, na família Real, no Ministério, no Parlamento, em toda parte há doentes do mal.

A imprensa da península inquieta-se com o vigor assumido pela doença e com as proporções que essa tomou.

Em Cartagena, soldados e marinheiros baixam aos hospitais; na povoação de Pego são registrados mais de setenta casos, muitos deles fatais; em Madri, em um único dia, baixaram aos hospitais militares mais de cem soldados. Também são verificados um grande número de vítimas em Salamanca, Burgos, Huesco, Ferrol e Valência. As autoridades locais desconhecem o caráter da enfermidade (*Diário Popular*, 29.10.1918).

A epidemia alastra-se pela Espanha. Mas não parece satisfeita; sua presença também foi detectada na fronteira espanhola com a França. O mundo apavora-se com esse avanço.

Nada parece capaz de conter essa epidemia, que, como se temia, estende-se pelo mundo todo¹.

No Brasil, a *influenza hespanhola* foi identificada em meados de setembro de 1918. A sua passagem seguiu-se, em poucos dias, o aparecimento de grande número de vítimas. Só no Rio de Janeiro, em menos de uma semana, os casos sobem de mil para vinte mil, a situação é calamitosa, pessoas são socorridas caídas na rua; na Santa Casa, faltam leitos para atender aos doentes, as aulas são suspensas... (*Opinião Pública*, 14.10.1918) O medo reina no país.

¹-A velocidade com que essa epidemia tomou o globo parece-nos aterradora. No entanto, basta lembrarmos que o ano de 1918 foi o último ano da Grande Guerra. As guerras sempre favorecem o aparecimento e o contágio de epidemias.

A população pelotense, tensa, acompanha os noticiários. A moléstia parece querer invadir o nosso Estado. O vapor Itajubá, procedente do Rio de Janeiro, com destino a Rio Grande (cidade vizinha e portuária), traz consigo trinta e oito doentes atacados do mal.

Um dos órgãos da imprensa, referindo-se ao pavor que a notícia despertou em Porto Alegre, publica que é excessivo o temor, o caso ainda não é de inspirar tamanho alarme. (*Diário Popular*, 11.10.1918)

No entanto, é impossível ignorar as notícias, os vapores continuam a chegar a Rio Grande, e com eles mais enfermos. Na Capital são verificados os primeiros casos.

A cidade de Pelotas se alvoroça. Os jornais pedem providências ao governo. A população clama por medidas enérgicas que impeçam a sua disseminação. Medidas imediatas. Não há tempo. É preciso preservar Pelotas da terrível epidemia.

No dia 11 de outubro, começam a ser publicadas medidas *higiênicas e profiláticas*, tais como: evitar a permanência em lugares fechados, onde haja aglomeração de pessoas, ou onde haja doentes do mal; arejar as habitações e lugares de trabalho; usar *preparações desinfetantes* das vias nasais e garganta, entre outras. (*Diário Popular*, 11.10.1918)

Os jornais continuam a afirmar que não há motivo para pânico, que em cinco ou seis dias o enfermo está bom, que a *influenza hespanhola* não é mais que a nossa velha e conhecida *influenza*, que esse *barulho não tem razão de ser*.

"Não há razão para o alarme que se quer estabelecer sobre o aparecimento de casos de influenza hespanhola entre nós. A influenza sempre existiu entre nós, ora com caráter benigno, ora mais grave, variando com as condições climáticas da ocasião." (*Diário Popular*, 16.10.1918)

Os dois periódicos de maior circulação de Pelotas, *Diário Popular* e *Opinião Pública*, assumem, durante o período inicial do contágio, um caráter estoicista, afirmando ser o alarme e a depressão os maiores responsáveis pela transmissão da epidemia.

Jean Delumeau, referindo-se a esse tipo de comportamento, escreve:

"Constata-se, no tempo e no espaço, uma espécie de unanimidade na recusa de palavras vistas como tabu. Evitava-se pronunciá-las. Ou, se eram ditas no começo de uma epidemia, era uma locução negativa e tranquilizadora como 'não é a peste

propriamente dita'. Nomear o mal teria sido atraí-lo e destruir a última muralha que o mantinha à distância. Contudo, chegava um momento em que não se podia mais evitar chamar o contágio por seu horrível nome. Então o pânico tomava de assalto a cidade". (DELUMEAU, 1993)

A 17 de outubro são notificados os primeiros casos da doença em Pelotas, "porém, nenhum deles de caráter alarmante..." (*Opinião Pública*, 1918)

Essa atitude da imprensa merece mais alguns comentários. A partir de determinado momento há uma ruptura entre o discurso dos dois periódicos estudados, *Diário Popular* e *Opinião Pública*, passando a seguirem linhas totalmente divergentes. O primeiro continua minimizando o alcance e o caráter dessa epidemia, enquanto o segundo assume uma postura mais sensacionalista, mostrando uma versão mais detalhada e, digamos, 'assustadora' do contágio.

O *Diário Popular*, "órgão de um partido com sérias responsabilidades perante o Rio Grande e a República..." (*Diário Popular*, 05.11.1918), órgão da situação, vai objetivar durante todo o período de contágio da epidemia, conter o pânico e acalmar a população, visando à tão recomendada tranquilidade pública, seguindo os preceitos de Borges de Medeiros.

O periódico *Opinião Pública* passa a divulgar diariamente os casos de pessoas atingidas pela moléstia: jogadores de futebol, bombeiros, praças, operários, artistas, motoneiros, funcionários do telégrafo, enfim, cada caso novo é publicado com destaque no jornal.

No dia 4 de novembro, é enviada aos jornais locais, pela Delegacia de Polícia, uma circular que submete à censura policial, "a qualquer hora do dia ou da noite", as publicações desses relativas à *influenza hespanhola*. Prescreve que os originais devem ser entregues na Intendência Municipal.

O jornal da situação não demonstra nenhuma resistência a essa determinação, continuando a manter a linha que até então seguia. No que se refere ao *Opinião Pública*, no entanto, as gurias da censura se mostram bem mais afiadas: no auge da epidemia, o jornal circula sem absolutamente nenhuma referência ao mal reinante na cidade.

"Em relação a esta medida, o historiador Sérgio da Costa Franco nos assevera que: O pretexto da censura era evitar um clima de alarmismo e de apreensões, mas é evidente que ela só poderia ter um efeito contraproducente. Parece claro que o governo borgista sentiu-se atingido pelas críticas da imprensa,

que hostilizavam as omissões das autoridades sanitárias." (ABRAÃO, 1993:32)

Eis aqui a cidade cercada pela doença. Confrontada com um tipo de vida que não é o seu, obrigada a um rompimento brutal com o seu cotidiano. "A insegurança não nasce apenas da presença da doença, mas também de uma desestruturação dos elementos que construíam o meio cotidiano. Tudo é outro. Antes de mais nada, a cidade está anormalmente deserta e silenciosa". (DELUMEAU, 1993:32)

Alberto Coelho da Cunha, em suas memórias, nos fornece uma descrição detalhada desta situação:

"... cinemas e casas de diversões cerraram as portas, clubes e casas de jogatina, pensionatos de artistas e meretrizes perderam a frequência habitual. Fora de farmácias e casas funerárias, o movimento único da cidade encontrava-se desde o amanhecer no Mercado Público e mais tarde na Intendência Municipal.

Fábricas, oficinas, empresas de construção e qualquer outra classe de atividade, tinham fechado, suspendo os trabalhos.

Sentia-se a cidade tomada de estupor.

De longe em longe um vulto apressado, temendo seguir-lhe do encaço, a perseguição apavorante da espanhola, se esgueirava na placidez da rua deserta.(...)" (CUNHA, 1927: 89)

Teme-se. A morte está à espreita na cidade, ronda os lares, sua presença é sentida em toda parte. Uma atmosfera lúgubre envolve Pelotas. A morte já faz parte de seu cotidiano:

"Sobre a cidade pairava um véu de luto e de morte, que a vestia de um manto de infinita desolação.

(...) Num silêncio que as dominava, todo de ansiedades e de tristezas, as ruas só eram, e às pressas, percorridas por carros e automóveis a serviços de médicos e comissões de socorros.

E nesse trajeto tinham, a todo momento, de se abrir para o lado e deixar passagem livre aos enterros que desfiliavam!

A morte carregara, concentrara todos os sinais da vida da cidade na atividade das farmácias e casas funerárias, que já não bastavam para satisfazer as encomendas que lhes afluíam.(...)" (CUNHA, 1927:89)

Coelho da Cunha chega a afirmar que dois terços da população da cidade teriam sido atingidos, enquanto que o terço restante cuidaria desses enfermos, o habitual da cidade passando a ser o traje de luto.

Neste clima de temor, angústia, tristeza e completo desespero, a população mantém-se isolada, conforme ordens médicas e governamentais, até início de novembro. Porém, talvez, sentindo-se impotente diante da fúria do contágio, sensibilizada com a situação dos atingidos, ou ainda, tendo a morte como uma constante em sua vida, a população começa a formar redes de solidariedade. Comércio, indústrias, associações, irmandades religiosas, clero, escolas, particulares, enfim, a cidade se mobiliza em função da contenção da epidemia.

Esta 'assistência' se dá de diversas formas: através da doação de dinheiro; oferecimento de alimentos, como galinhas, frangos, arroz, cereais, pães e leite; empréstimo de carros para remoção dos doentes; doação de remédios; e oferecimento de serviços.

A cada dia aumenia a quantidade de donativos, mais pessoas se mobilizam, progressivamente cresce essa rede de solidariedade. O combate à doença passa a suplantar o medo do contágio. O mal se isolou, a guerra contra ele as une; ou seja, apesar das ordens político-sanitárias, essas redes de solidariedade são formadas, como uma espécie de subversão ao isolamento.

A Intendência, órgão oficial para debelar o contágio, vê-se num dilema: ou toma providências efetivas contra a propagação dessa doença, ou permite que a sociedade se organize autonomamente, como até então vem fazendo. No entanto, a Intendência opta por uma terceira alternativa e toma para si o controle dessa organização popular.

"Assim, sob os auspícios de um amparo público, que não teve tempo de esmorecer, a administração municipal (...) pôde, sem dispêndios do seu cofre, com habilidade, mobilizar fartos recursos, com que travou o mais eficiente ataque, que lhe era possível, para a debelação das insídias da inexorável Espanhola (...). A Intendência suspendeu o seu expediente administrativo ordinário, para converter-se em centro de resistência à disseminação do mal". (CUNHA, 1927:91)

A busca desse controle sobre a organização da população fica ainda mais evidente com a publicação no *Diário Popular* de um pedido do Governo Municipal à população:

"Pedimos a todos os particulares, instituições, fábricas e mais estabelecimentos que, por sua conta, estão auxiliando o combate ao mal, que sempre se dirijam ao Governo do Município, na própria Intendência, o qual, com esses auxílios poderosos, terá

assim um raio de ação muito maior e avultada soma de recursos com que jogar". (Diário Popular, 05.11.1918)

O comércio também estava atento à propagação desta epidemia. Anúncios de remédios 'milagrosos' começam a proliferar; remédios que tinham os fins mais variados, agora, só têm um objetivo: a prevenção do mal. A população atemorizada e confusa, abusa do uso de medicamentos preventivos:

"E o povo amedrontado ante o contágio prodigioso da epidemia, não hesita em lançar mão de todos os bons e maus medicamentos.

Nessa emergência, surgem os charlatões exibindo as suas drogas, as suas fórmulas complicadas...

Do abuso do quinino resulta uma depressão nervosa que ocasiona estados mórbidos diversos. Destarte, usa-se sem medidas e sem termo, arsênico, quinino, naftalina, cânfora, percária, etc., etc." (Opinião Pública, 25.10.1918)

Em tempo de peste, existem aqueles que buscam lucrar com o desespero de uma população. No Estado também surgem os especuladores, os preços dos medicamentos indicados para conter o mal elevam-se assustadoramente, o limão, que também é usado como preventivo, teve o seu preço multiplicado muitas vezes:

"As drogarias que até poucos dias vendiam para as farmácias quinino à razão de 340\$ o quilo, anteontem elevaram para 400\$ e ontem pediam 600\$ pelo quilo. O mesmo está sucedendo com os limões. Esse fruto que até poucos dias se comprava à razão de cem réis, cada um e três a duzentos réis ontem foi vendido a trezentos e quinhentos réis". (Opinião Pública, 17.10.1918)

No correr de dezembro, a cidade vai aos poucos retomando seu ritmo normal, as notícias sobre a *hespanhola*, saem das primeiras páginas dos jornais; vai diminuindo o destaque dado a elas, e antes do final de dezembro elas somem completamente.

E assim um novo ano começa, a *influenza*, vive agora somente na memória da população, porém, envolta por um grande silêncio, como se a simples menção ao seu nome abrisse as feridas e evocasse novamente este passado tão doloroso.

O triunfo da incerteza

Conta-nos Foucault que, na segunda metade do século XVIII, se coloca o problema da unificação do poder urbano. Apresenta-se a necessidade, ao menos nas grandes cidades, de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado. (FOUCAULT, 1992:86)

Neste momento, o grande perigo social está representado pela cidade: as revoltas camponesas regridem e as revoltas urbanas tornam-se cada vez mais freqüentes. "*Dai a necessidade de um poder político capaz de esquadriñar esta população urbana.*" (FOUCAULT, 1992:86)

Um clima de medo e angústia cerca a cidade. Nasce, então, o que Foucault denomina:

"... medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população (...) medo também das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos (...) medo dos esgotos..." (FOUCAULT, 1992:87)

E, na medida em que se desenvolve o tecido urbano, vai se formando uma inquietude de ordem político-sanitária. Por outro lado, é vislumbrado um novo modo de viver a cidade, o qual é acompanhado e normatizado pelo discurso médico.

Na história ocidental, acompanhando tal processo, houve fundamentalmente dois grandes modelos de organização médica: o modelo suscitado pela lepra e o modelo suscitado pela peste. Na Idade Média, o leproso era expulso do espaço comum, o mecanismo de exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano. No caso da peste, o doente não é excluído. O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um... (FOUCAULT, 1992:88-9)

No entanto Foucault nos fala da França, da passagem do século XVIII para o século XIX; nosso estudo trata do início do século XX em Pelotas. Nesse sentido, não seria por demais forçoso estabelecer uma relação entre esses dois casos?

Guardadas as devidas proporções, acreditamos que não, pois o processo da passagem da sociedade rural para a urbana aqui se desenvolve mais tardiamente. "*A explosão urbana do Rio Grande do Sul vai se dar na segunda metade do século XIX.*" (MAGALHÃES, 1994)

Em Pelotas, é a partir de 1860, aproximadamente, que vai se atingir um significativo desenvolvimento econômico, urbano, social e cultural. (MAGALHÃES, 1993) Ou seja, é a partir desse desenvolvimento que surge a necessidade de regulamentar esse novo espaço: a cidade.

A teoria de Foucault forneceu um modelo para interrogar as fontes, em nosso estudo sobre a gripe espanhola em Pelotas, pois acreditamos que uma *situação-limite*, como foi o caso da vivência social dessa epidemia, caracteriza um fenômeno privilegiado para se evidenciar os mecanismos de controle e normatização da sociedade.

Percebe-se, quando da chegada da *influenza* em Pelotas, num primeiro momento, uma disputa política, entre o positivismo de Borges de Medeiros, na situação de governo, e os representantes da oposição. Evidenciamos esse conflito pela rixa entre dois jornais: o *Diário Popular*, órgão da situação, e o periódico *Opinião Pública*, órgão da oposição.

Aos primeiros rumores sobre a propagação desta epidemia, o periódico *Opinião Pública* pede providências ao Governo do Estado, reclamando da falta de preparo desse e do próprio município, ambos desaparelhados para enfrentar tal situação:

"Desde já ponderamos que não podemos apelar para a intervenção do governo do Estado a quem cumpria zelar pelo estado sanitário do Rio Grande do Sul, porque nós sabemos e todo o mundo o sabe, que o governo do Dr. Borges de Medeiros não acredita em micróbios e não toma e nunca tomou, medidas defensivas de saúde pública.

(...) Há tempos nos batemos fortemente pela instalação de um Hospital de Isolamento, nesta cidade, nada conseguindo porque o pirronismo administrativo pairou acima da defesa da população.

Sem Hospital de Isolamento, sem uma repartição de higiene organizada, sem os apetrechos necessários para uma defesa eficaz da urbs ao Sr. Dr. Intendente perguntamos que medida vais tomar agora..." (*Opinião Pública*, 09.10.1918)

Este discurso, além de acirrar as rixas políticas, desvela uma disputa também no campo médico. Percebe-se, neste primeiro momento, a presença de dois tipos de discurso: o que prega o isolamento e o da higienização. No entanto, o discurso do isolamento já nos apresenta um elemento novo: o hospital.

"O hospital como instrumento terapêutico é uma invenção relativamente nova, que data do final do século XVIII. (...)

Antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres. Instituição de assistência, como também de separação e exclusão. O pobre como pobre

tem necessidade de assistência, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso.(...) O personagem ideal do hospital, até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo". (FOUCAULT, 1992:99-101)

Diz-nos Foucault que a partir do final do século XVIII, há uma disciplinarização do espaço hospitalar que terá por função assegurar o esquadrinhamento, a vigilância, a disciplinarização do mundo confuso dos doentes e da doença, como também transformar as condições do meio em que os doentes são colocados. Individualizar-se-á e distribuirá os doentes em um espaço onde possam ser vigiados e onde seja registrado o que acontece; ao mesmo tempo, modificar-se-á o ar que respiram, a temperatura do meio, a água que bebem, o regime, de modo que o quadro hospitalar que os disciplina seja um instrumento de modificação com função terapêutica. (FOUCAULT, 1992:108)

A presença da *influenza* provoca mudanças no discurso médico em Pelotas: o isolamento ainda é o referencial, mas é um outro isolamento - trata-se não simplesmente de um isolamento através da exclusão, como no modelo da lepra, mas de um isolamento disciplinarizado. Não apenas o exílio, mas o controle.

Um outro horizonte começa a delinear-se: a própria constituição da urbanidade e as proporções que essa epidemia atinge, limitam a prática do isolamento, que logo passa a conviver em tensão com o discurso da higienização.

Observa-se esse discurso da higienização, quando os jornais locais começam uma campanha, visando a instruir a população sobre as possíveis formas de se evitar o contágio:

"Sendo entretanto, muito difícil evitar a transmissão dessa doença, pois ela se faz pelo ar e com grande facilidade, as medidas profiláticas mais aconselhadas são: evitar a permanência em lugares fechados onde haja aglomeração de pessoas ou onde esteja alguém atacado do referido mal, arejamento completo das habitações e lugares de trabalho, uso de preparos desinfetantes das vias nasais e garganta." (Diário Popular, 11.10.1918)

A cidade passa a ser o alvo dessa política. Já que não se pode purificá-la, excluindo os seus doentes, objetiva-se discipliná-la, regrá-la. Esta proposta passa, então, a nortear a prática do Governo Municipal: o esquadrinhamento da população urbana.

É relevante para esse estudo estabelecermos uma distinção entre "lei" e "norma".

"A lei, através da repressão, busca principalmente negar, desqualificar, obstruir a via de acesso do indesejável. A norma, embora possa incluir em sua tática o momento repressivo, visa prioritariamente a prevenir o virtual, produzindo fatos novos. A regulação é o mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta comportamentos até então inexistentes ou imperceptíveis. Pela regulação, os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas sobretudo pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais". (COSTA, 1989)

Durante a epidemia, a normatização é o referencial. Num mesmo eixo lógico, vão ser orientadas tanto as intervenções do Estado, como as práticas médicas. Poder político e saber médico andam, assim, de mãos dadas. Isso é bastante visível nas publicações "oficiais" do Estado que trazem a assinatura de médicos, inspetores de saúde, professores, cientistas, os quais legitimam esse discurso normatizador.

Através do acionamento dos dispositivos de higienização, a população vai ser vítima de uma série de regramentos. Primeiramente, é preciso isolar uns dos outros, mantê-los afastados, todos, e qualquer um, podem ser os agentes transmissores da doença. Recomenda-se à população que não respire o ar de atmosferas confinadas, como o dos cassinos, tavernas, espetáculos públicos e cafés.

Para que fique mais claro esse controle da vida de cada cidadão, convém citarmos as recomendações feitas pelo *Diário Popular* no auge da epidemia:

"(...) Evitar excesso físico de qualquer espécie. Sair o menos possível das suas habitações das seis horas da tarde às seis horas da manhã.

Não fazer visitas nem ir a diversões.

Evitar a chuva e golpe de ar.

Só tomar chá, café, leite e mate em sua residência.

Abster-se de gelo e de gelados.

Não usar bebidas alcoólicas, salvo caso de hábito, que constituem uma segunda natureza.

Adotar apenas a continência militar, deixando de apertar a mão.

Só usar alimentação leve e de fácil digestão o quanto possível.

Só comer em sua residência, evitando hotéis, restaurantes, confeitarias, etc.

Só usar torrado o pão ou biscoito da padaria, não sendo este fechado em lata.

Não usar legumes crus, nem saladas.

Não usar frutas cruas.

Limpar as narinas muitas vezes por dia, e gargarejar com água ligeiramente salgada ou acidulada com limão ou ácido cítrico.

Não conversar sobre a epidemia nem preocupar-se com ela.

Falar o menos possível, especialmente na rua.

Lavar as mãos muitas vezes por dia, especialmente quando pegar em objetos vindos da rua, sobretudo o dinheiro." (Diário Popular, 05.11.1918)

Uma rápida análise desses fragmentos nos sugere novas formas de viver a cidade. Esse discurso visa a controlar desde a alimentação até a sociabilidade. Novamente, é afirmado o discurso estoicista onde o alarme e a depressão, também, são transmissores do contágio.

O cidadão passa a viver sob a égide da normatização, tendo o seu espaço social limitado. Prega-se a individualização, todos vigiam todos e, ao mesmo tempo, "autovigiam-se".

Todas essas medidas preventivas sugerem uma aproximação com o saber leigo: visto que incapaz de prescrever algum medicamento realmente eficaz contra a epidemia, a medicina indica uma profusão de substâncias já conhecidas e utilizadas pela medicina popular.

A medida que a epidemia se prolongava, os remédios se multiplicavam; e com eles somava-se a evidência da pouca ou nenhuma eficácia da medicina. "*A perplexidade da medicina preparara o terreno para o florescimento do saber leigo.*" (BERTOLLIFO, 1989:33) Tomemos como exemplo algumas receitas publicadas nos jornais locais:

Flor de sabugueiro.....5 grs.

Folhas de Caroba.....5 grs

Casca de limão galego.....um peq.

Tudo para uma xícara de água bem quente, tomando seis noites seguidas uma xícara de cada vez, já morno e não como suadoiro, que o não é, e além disso que ponham água ao sereno em vasilhas destampadas, durante a noite, retirando-a de manhã cedo, bebendo só desta água quando tiverem sede, juntando-lhe 5 gotas de limão no copo, cada vez, tudo como preventivo conta o terrível mal." (Diário de Pelotas, 17.10.1918)

"(...) Em inúmeros casos tem-se observado que o uso do arsênico, decorridos dias da sua aplicação modifica prontamente nas pessoas nervosas, o pânico e o terror.

Continuo, portanto, a insistir no emprego do arsênico que é o rei dos preservativos - como já ficou provado contra as epidemias de febre amarela, escarlatina, peste etc.

Eis a prescrição:

Água destilada.....950 grs.

Solução arsenical de Boudin.....30 grs.

Para adultos uma colher de sopa pela manhã, outra depois do almoço e janta e a noite; uma colherinha para as crianças.(...)" (Opinião Pública, 05.11.1918)

"(...) Quando houver vertigens ou ameaça, far-se-á, injeções de óleo canforado, utilizando ampolas já dosadas e infusões quentes de café, canela, com álcool, fazendo-se essas aplicações conjunta ou separadamente." (Diário Popular, 05.11.1918)

Na imprensa, fica evidente a perplexidade da população, que fica titubeando entre o saber médico e a tradição popular. Em suas memórias, Alberto Coelho da Cunha refere-se a essas fórmulas, dizendo que:

"... para a cova, indiferentemente, se marchava tendo usado poções de acetato de amônia, benzoato de sódio, conhaque, xarope de tolu ou codeína, canela, poligala, como tendo engolido a última colherada da infusão de rama de eucaliptos, com cachaça e açúcar queimado." (CUNHA, 1927:93)

Neste contexto, a única certeza é a inquietude, o medo e a desorientação da população que, amparada ora por práticas médicas, ora por saberes leigos, transita da credence à ciência, do real ao provável, da mezinha à química.

Fontes primárias:

1. CUNHA, Alberto Coelho. "Reminiscencias de um contemporâneo". In **Almanach de Pelotas**. Pelotas: s/ed., 1927.
2. **DIÁRIO POPULAR**. Pelotas, 1918, 2º semestre.
3. **OPINIÃO PÚBLICA**. Pelotas, 1918, 2º semestre.

Referências bibliográficas:

1. ABRÃO, Janete Silveira. "1918: 'A Hespânica em Porto Alegre'". **Revista Porto e Vírgula**. Ano III, número 15, dezembro/1993.
2. ARIÉS, Philippe. "A Família e a cidade" in: **Família, Psicologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

²-CUNHA, Alberto Coelho da. "Reminiscencias de um Contemporâneo" In. **Almanach de Pelotas**. Pelotas: s/ed. 1927. p. 93.

3. BERTOLLI F^o, Cláudio. "A Gripe Espanhola em São Paulo" in: **Ciência Hoje**: Vol. 10, nº 58, outubro de 1989.
4. BURGUIÈRE, André. "Antropologia Histórica" in: Le Goff (org.) **A História Nova**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1990.
5. COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.
6. DEFOE, Daniel. **Um Diário do Ano da Peste**. Porto Alegre: Ed. L&Pm, 1987.
7. DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente: 1300 a 1800 - Uma cidade sitiada**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
8. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1992.
9. MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do RS: um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora UFPel, Co-edição Livraria Mundial, 1993.
10. _____ . **Pelotas: Século XIX**. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 1994.

ABSTRACT: This article goes on how the society of Pelotas faced the *influenza hespanhola*, in 1918, analysing it through different perspectives: the different way how the two most important newspapers handle the subject, because one supports the government and the other antagonizes it; the mobilization of the people to confront the evil and how the State (the municipality) assumed its responsibility concerning this social spontaneous movement; the discussion between different medical speeches; the relation between scientific and popular medicine.

KEYWORDS: Epidemiology, medicine, newspapers, 'borgismo'.

NORMAS EDITORIAIS

- Objetivos:** O periódico *História em Revista*, uma publicação do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas, tem como objetivos a divulgação da produção historiográfica na forma de artigos, ensaios bibliográficos e resenhas. Buscando contribuir ao desenvolvimento da pesquisa no campo da história, publica também matérias sobre instrumentos de trabalho (sobretudo sobre organização de acervos documentais) e depoimentos ou documentos históricos inéditos de significativo interesse para a pesquisa histórica. Nada obstante a liberdade de enfoques e a universalidade dos conteúdos de pesquisa a que está aberta, preocupa-se em desempenhar um papel no aprimoramento da memória histórica da zona sul do Rio Grande do Sul, interessando-se em veicular estudos e documentos referentes a essa. Da mesma forma, há um interesse em divulgar estudos históricos que tratem de temáticas que envolvam o problema da integração do Cone Sul.
- Título:** Centralizado, nenhum, negrito, Arial 12, entre-linhas simples.
- Autoria:** Nome completo, alinhamento esquerdo, Arial 10. Em nota de rodapé (com asterisco), referências (instituição de origem, programa de pós-graduação a que está ligado).
- Resumo e palavras-chaves:** Arial 8, recuo direito 1,25, recuo esquerdo 1,25, entre linhas simples, espaçamento antes 3, bordas caixa. O resumo com 500 a 700 caracteres; palavras-chave de 3 a 5. Devem constar entre a autoria e o início do texto.
- Abstract e keywords:** Idem. Redigidos em inglês, devem constar no final do texto, após a bibliografia.
- Idiomas:** A *História em Revista* publica artigos em português, bem como em espanhol, tendo em vista o papel que a Universidade Federal de Pelotas deve desempenhar relativamente à integração do Cone Sul.
- Tipos de trabalho publicados:**
 - **Artigos:** Tratam de temas históricos e de áreas afins, de qualquer período, sob quaisquer perspectivas metodológicas, assim como de estudos teóricos ou historiográficos. A critério da editoria, pode-se conferir preferência a determinado tema que será tratado com mais profundidade.
 - **Ensaio bibliográfico:** Reflexão e crítica de uma corrente historiográfica, do conjunto da obra de um autor, ou discussão sobre livros recentes.
 - **Instrumentos de trabalho:** Informações e comentários sobre arquivos, bibliotecas, inventários, etc. Publicação de documentos.
 - **Resenhas críticas:** Estudos sobre obras publicadas nos últimos 5 anos.
- Extensão do texto:** O corpo do artigo deve possuir entre 25.000 e 40.000 caracteres; ensaios bibliográficos e instrumentos de trabalho não devem exceder 20.000 caracteres; e resenhas, 15.000 caracteres.
- Formatação do texto:** Justificado, primeira linha 1,25, Arial 10, entre linhas simples, espaçamento antes 3. Subtítulos devem estar em negrito (não sublinhado, sem itálico), sem maiúsculas, nenhum, Arial 10.